



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro
GABINETE PARLAMENTAR

Câmara Municipal de
Bento Gonçalves

RECEBIDO EM:

26.09.2014

ÀS 10:20 Horas

Ass.: [assinatura]

PROCESSO:200/2014

PROTOCOLO: 759/2013

AUTOR: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (ORIGEM EXECUTIVA)

ASSUNTO: "AUTORIZA O MUNICÍPIO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 4.308.612,55".

PARECER PEDIDO DE VISTAS DO VEREADOR LEOPOLDO BENATTI

O Vereador LEOPOLDO BENATTI - PTB, após proceder à análise do Processo nº 200/2014 que, "AUTORIZA O MUNICÍPIO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 4.308.612,55" emite o seguinte parecer:

A abertura do crédito especial constante no art. 1º do projeto de lei se faz necessária para pavimentação das seguintes ruas: Avenida São Roque circuitos A e B, Rua Presidente João Goulart, Rua Avelino Menegotto, Rua Ângelo Marcon, Rua Loudy Dall Agnesi, Rua Romoaldo Basso, Rua José Rampanelli, Rua Arlindo F. Barbosa e Rua Ver. Loureno Menegotto, localizadas neste Município.

O convênio é o ajuste administrativo, celebrado por pessoas jurídicas de Direito Público de qualquer espécie ou realizado por essas pessoas e outras de natureza privada, para a consecução de objetivos de interesse comum dos convenientes.

Nenhuma esfera da Administração Pública brasileira detém a autossuficiência no tocante a produzir diretamente todos os bens, serviços e obras de que necessita para cumprir com suas atribuições.

No desempenho da função de qualquer entidade administrativa, é intensa a participação de terceiros, físicas ou jurídicas, que não integram os quadros funcionais daquela instituição. Em uma sociedade que respeita a livre-iniciativa, como no Brasil, é mais frequente que esse tipo de relação seja fruto de um acordo de vontades. A natureza desse vínculo é determinada pelas bases em que se estabelece o acordo, admitindo-se, conforme o caso, a aplicação de regras jurídicas específicas, adequadas à hipótese.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro
GABINETE PARLAMENTAR

37
24

Departamento Legislativo - 26 Sep 2014 10:21 002

Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. "Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da união mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências".

Art. 1º-Este Decreto regulamenta os convênios, contratos de repasse e termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.-(Redação dada pelo Decreto nº 6.428, de 2008).

O Projeto atende os requisitos constitucionais, a legalidade e juridicidade.

Portanto, este Vereador é de PARECER FAVORÁVEL à aprovação da matéria.

Sala das Sessões, FERNANDO FERRARI, aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e quatorze.


Vereador LEOPOLDO BENATTI - PTB